

## ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata n.º. 005/06.

1  
2  
3  
4 Aos seis dias do mês de março de dois mil e seis, às dezoito horas e quarenta e seis minutos, pelos  
5 fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata e conforme  
6 registro em livro próprio, reuniram-se para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal de  
7 Assistência Social do Município de Porto Alegre, sito rua Acelino de Carvalho, n.º. 33, sala 42, sob  
8 coordenação da Presidente Maria Lopes Rodrigues, CORAS Norte, e na presença dos  
9 **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Oswaldo Dalpiaz – **Casa do Pequeno Operário**;  
10 Edson Luís Zanella – **Instituto Pobres Servos da Divina Providência**; Arnaldo Batista Santos dos  
11 Santos – **Instituto São Benedito**; Denise Araci Leonhardt – **Associação Cristã Feminina**; Maria  
12 Bernadette M. de Medeiros e Sílvia Tejedas – **CRESS**; Iara de Fátima B. da Rosa e Miriam Dabdab  
13 D. Kolinger – **CORAS Centro**; Maria de Lurdes dos Santos – **CORAS Centro-Sul**; Juçara R.  
14 Joaquim – **CORAS Cruzeiro**; Frei José Bernardi e Lurdes Vargas de Souza – **CORAS**  
15 **Ilhas/Humaitá/Navegantes**; Iara Bargmann – **CORAS Nordeste**; Kátia Susana S. De Araújo e  
16 Ivandro Coimbra da Silva – **CORAS Noroeste**; Maria Lopes Rodrigues – **CORAS Norte**; Marilú  
17 Ferreira Ribeiro – **CORAS Partenon**. **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Maria Valéria  
18 Carvalho Simões – **SMDHSU**; Cristiano Aristimunha Pinto – **DEM HAB**; Simone Rocha da Rocha,  
19 Melissa Ohweiler de Oliveira e Sandra Mara Nunes – **FASC**; Patrick de Oliveira Teixeira – **SMGL**;  
20 Maria do Carmo de Souza e Marinês **Sanhudo** – **SMED**; Adriana Model Maciel - **SMS**. **FALTAS**  
21 **JUSTIFICADAS**: Nerina Aguiar Camargo e Graziella Costa Emmert – **ACOMP AR**; Maria  
22 Belquiz M. Santos - **CORAS Centro-Sul**; Lourdes Maria Pretto e Nara Teresinha de F. Rodrigues –  
23 **CORAS Cristal**; Nelcy Gomes da Silva – **CORAS Leste**; Zailde Freitas da Silva – **CORAS**  
24 **Lomba do Pinheiro**; Elvira Centena da Silva – **CORAS Norte**; Yolanda Dalmas – **CORAS Sul**.  
25 **AUSENTES/SOCIEDADE CIVIL**: Dirceu de Oliveira Garcia e Jorge L. da Silva – **UAMPA**;  
26 Melissa Bargmann e Daniela N. Pirovano – **CORAS Eixo Baltazar**; Rose Iara dos Santos e Irlde  
27 Biasibetti da Silva – **CORAS Extremo-Sul**; Maria Leonice de Deus da Silva e Heloísa Helena Leão  
28 Vinõlo – **CORAS Glória**; Nídia Maria de Albuquerque e Glademira M. Cortes Barbosa – **CORAS**  
29 **Restinga**. **AUSENTES/GOVERNO**: Fernanda Wortman e Inajá B. Leite – **Câmara Municipal**;  
30 Maria Lenara Soares e João Carlos Fornari – **DMAE**; Cléia Teresinha da Silva Lucas – **DMLU**;  
31 Elizabeth P. Mendes Ribeiro – **SMA**; Eloísa Helena Chaves Strehlau e Mara Andréa Brites  
32 Machado – **SMC**; Terezinha Serafim Jacinto e Ana Eleonora S. Assis – **SME**; Isabel Maria  
33 Walenciok e Elenice de Fátima M. Stazinski – **SMF**; Carmen Lúcia Silva Garcia e Cláudia Maria  
34 Selau S. de Souza – **SMIC**; **Governo Estadual e Federal**: sem representação de Conselheiros.  
35 Após assinatura da lista de presenças, a Sra. Presidente deu início aos trabalhos. **Pauta: 1 –**  
36 **Resoluções “administração referendium” n.º. 001 a 013/06; 2 – Liberação de recurso para**  
37 **passagem (viagem da Presidente a Belém – reunião ampliada do CNAS); 3 – Prestação de**  
38 **contas e proposta de superação dos entraves à utilização dos recursos sobranes do FNAS de**  
39 **2005; 4 – Votação das Atas 279 a 286; 5 – Alterações da Resolução n.º. 089/04. Sra. Presidente:**  
40 Boa-noite a todos. Vamos iniciar, nós temos hoje uma Pauta bem extensa, inclusive, eu queria fazer  
41 um apelo a todos que estão presentes, que não seria para os que estão presentes, porque têm vindo,  
42 mas que cada um fizesse um esforço de poder estar conversando com aqueles outros Conselheiros  
43 que conhecem da importância do pessoal estar participando, porque o Conselho somos todos nós.  
44 Se não estivermos presentes, logo, as nossas Entidades que serão prejudicadas. Então, queria só  
45 dizer isso. Está aqui a Melissa, para quem não conhece a Melissa hoje faz parte da nossa Executiva  
46 desde a Plenária passada, no lugar do Gilberto. O Gilberto está de férias, mas a Melissa está  
47 assumindo agora definitivamente a Executiva. A Maria do Carmo todos conhecem, acho que não há  
48 ninguém novo. Nós vamos iniciar, então, de imediato, com a apresentação das gurias. O cronograma

49 está na pasta de vocês, quem não pegou a pasta, por favor. Depois há a outra proposta que a gente  
50 vai estar distribuindo. Provavelmente não tenhamos *quorum* para a aprovação, mas, também, não  
51 podemos continuar protelando, porque temos prazo para a aprovação dessa matéria. Se não  
52 aprovarmos hoje precisaremos aprovar na próxima e talvez na próxima a gente não tenha mais  
53 tempo para fazer a discussão. Então, Melissa. **3 – Prestação de contas e proposta de superação**  
54 **dos entraves à utilização dos recursos sobranes do FNAS de 2005. Sra. Melissa Ohweiler de**  
55 **Oliveira:** Hoje nós vamos apresentar a execução financeira, a prestação de contas que é feita SUAS  
56 Web. Já foi apresentado para a Comissão de Políticas. A nossa técnica que realiza a prestação de  
57 contas, a Ana Cláudia, que, infelizmente, hoje não pode estar presente, tirou férias neste período,  
58 mas ela já veio aqui. Fizeram uma apresentação para a Comissão de Políticas, já houve vários  
59 questionamentos, foi bem discutida essa planilha. Essa planilha é um modelo, um demonstrativo  
60 sintético anual da execução físico-financeira do SUAS Web. É como a MDS exige que seja feita a  
61 prestação de contas. Como é feita essa prestação de contas? Cada programa da FASC, nós  
62 recebemos recursos do Fundo Nacional. Então, cada programa que recebe recursos do Fundo  
63 Nacional é vinculado a uma conta específica. Para fazer esse levantamento nós seguimos esses  
64 passos que estipulam: o nº. 01 é com relação aos rendimentos. Então, ali: “Piso básico variável do  
65 Agente Jovem”, e ao lado sempre cada valor que houve de rendimentos nessa conta. O 1.2 é o total  
66 dos recursos financeiros transferidos pelo Fundo, é o total de recursos durante o ano de 2005 para  
67 cada programa. Desse total foram retirados os valores que foram depositados a partir de 15-12, que  
68 não entram nos valores referentes a 2005. O 1.3 é com relação aos recursos financeiros gastos no  
69 ano de âmbito do SUAS. Então, ao lado de cada programa o valor que foi despendido em cada um.  
70 Depois o 1.4, que é o que nos interessa, que é o saldo financeiro apurado. Fica uma questão, é chato  
71 de mostrar isso, porque são só números, é uma tabela até bem confusa de se entender, mas seguindo  
72 esse raciocínio é que se chega a esse saldo. Para chegar no saldo tiramos o que estava empenhado  
73 ainda em 2005, há algumas Entidades, alguns convênios que não receberam ainda, estão com algum  
74 problema de prestação de contas, ou não receberam algumas parcelas e ainda continua o empenho  
75 nessa conta. Então, foi retirado para calcular o saldo o que foi gasto, o que está empenhado, aí se  
76 tem um saldo restante, que podemos utilizar novamente agora. É isso que as gurias vão apresentar.  
77 Na verdade, o BMDES após várias novas interpretações e portarias, saiu uma última portaria que  
78 autoriza a reprogramação desse saldo. Nós poderemos utilizar o saldo obtido, o saldo que restou em  
79 31-12-05. Como vamos utilizar as gurias vão apresentar, é uma proposta que precisa também ser  
80 aprovada pelo Conselho Municipal. A prestação de contas e o plano de ação vocês já aprovaram,  
81 agora a prestação de contas precisa ter a aprovação do Conselho, o Conselho tem acesso por meio  
82 da sua própria senha ao SUAS Web, a Presidente tem a sua senha, aí, com ingresso no site, no  
83 programa, ela lança o parecer do Conselho. E a reprogramação também nesse sentido, ter essa  
84 autorização, essa aprovação do Conselho. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** A reprogramação é em  
85 cima de 20%. **Sra. Melissa Ohweiler de Oliveira:** É isso que as gurias vão explicar. Na verdade,  
86 houve muita discussão, muitas interpretações diferentes, mas chegamos a um consenso e elas  
87 explicarão agora. **Sra. Presidente:** Enquanto vocês se organizam, Sr. Presidente: quero colocar que  
88 cometi uma falha, a Sandra, que vocês conhece, é a nossa Suplente hoje no Conselho pela FASC.  
89 Então, a Sandra começa a participar das reuniões conosco. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:**  
90 Eu queria fazer um comentário antes de entrarmos na reprogramação, porque embora a Melissa  
91 tenha feito uma apresentação, a mim parece, Melissa, que tu apresentaste como se todos nós  
92 Conselheiros aqui tivéssemos participado das discussões, mas isso não é o que ocorre. Então, é  
93 preciso que se esclareça como se chegou a isso aí. Nós recebemos uma planilha, que é essa que  
94 vocês têm, com valores completamente diferentes, porque nós recebemos a planilha, chamamos o  
95 pessoal da FASC, a Comissão de Políticas, questionamos. Inclusive, a primeira planilha não  
96 identificava quais eram os programas, só tinha “Piso Básico Variável” e não diziam quais eram os  
97 programas que faziam parte disso. Uma outra coisa: os valores eram diferentes em função de que,

98 por exemplo, tal empenhado não estava considerado, era menor. Então, trabalhava-se com dois  
99 números diferentes, nós pedimos que fosse certo para a gente poder entender. E uma das coisas  
100 principais, que é importante que se diga, que vocês se baseiam quando olham a planilha, é essa  
101 questão do saldo financeiro. Esse saldo financeiro foi extremamente discutido, porque isso  
102 demonstra dinheiro que veio e que não foi utilizado. Vocês são testemunhas que eu levantei essa  
103 questão no meio do ano passado, em maio, mais ou menos, a respeito de R\$ 900.000,00 do PETI  
104 que tinha e não era utilizado, aí tivemos informação que seria pensado uma forma de pluralização.  
105 Aquilo não teve como utilizar. Nós temos uma sobra hoje, vou pegar do mesmo programa, o PETI,  
106 que dá mais ou menos, se considerarmos os dois, Bolsa e Ação, dá R\$ 1.500.000,00 que não foram  
107 utilizados. Elas vão mostrar o Plano de Ação, mas é preciso que fique claro que a gente discutiu e  
108 colocou na Comissão de Políticas, inclusive, na presença até de várias aqui, foi uma discussão que  
109 tivemos com o Secretário Busatto a respeito disso. Nós não conseguíamos entender e aceitar a  
110 devolução de verbas quando as necessidades estão aí. Então, é importante que a gente diga que o  
111 papel que o Conselho tem que fazer na fase de controle social está sendo feito. Por que nós  
112 queremos uma proposta de reprogramação de recursos? Essa proposta de reprogramação é para  
113 utilizar os 20%, que em alguns casos é permitido, mas, também, ter ação para utilizar todo o recurso  
114 que vier daqui para frente. Então, isso eu gostaria que ficasse colocado para não parecer que o  
115 número veio para cá e a gente não esmiuçou, nós esmiuçamos e muito. **Sra. Maria do Carmo de**  
116 **Souza:** Uma das coisas na reunião com o Secretário, com os representantes da FASC, vocês  
117 estavam juntos também, foi o compromisso que a gente realmente se unisse para detectar e agilizar  
118 para que não acontece mais isso que vem acontecendo, já foi o segundo ano. Então, isso foi uma  
119 preocupação que o próprio Secretário nos colocou da gente poder manter mais periodicamente essas  
120 reuniões para poder agilizar e fazer ações mais significativas. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:**  
121 Até, Maria do Carmo, os 900 e poucos mil que a gente discutiu no ano passado não estão dentro  
122 desses um milhão e meio, são mais R\$ 900.000,00, os 900 não tem nem o que se discutir. **Sra.**  
123 **Simone Rocha da Rocha:** Em cima do que a Iara apontou e a Mariazinha, nós construímos a partir  
124 de várias discussões a questão da reprogramação dos recursos. Inicialmente, o Ministério, em agosto  
125 e setembro, tinha lançado uma portaria que balizava como seria a prestação de contas e a  
126 possibilidade de reprogramação dos recursos. Era uma portaria mais genérica que colocava que  
127 aquela sobra de recurso que fosse superior a 20% do montante recebido para cada tipo de piso  
128 poderia ser reprogramada nos seus 20%. Ou seja, a sobra poderia ser reprogramada até 20% do total  
129 recebido; aquela sobra que fosse inferior aos 20% recebido poderia ser reprogramada em seu todo.  
130 Fizemos vários contatos com Brasília, o Ministério se mudou, enfim. Então, construímos uma  
131 proposta em cima disso. Agora, na metade de fevereiro, nós estivemos em Brasília para discutir a  
132 integração PETI e Bolsa Família, fomos até o Ministério para pedir as informações, porque pelo o  
133 telefone o Ministério não estava dando as informações com relação a isso. E o próprio Ministério  
134 nos colocou duas questões diferentes: um detalhamento maior de uma nova portaria que saiu no  
135 final de janeiro, a prestação de contas e reprogramação dos recursos e também, que era uma  
136 discussão que a gente tinha, que até, então, não poderia se reprogramar aquilo que fosse Bolsa. O  
137 Ministério recuou visto da necessidade de implementar e implantar ações socioeducativas no Brasil  
138 como um todo. Para dar respaldo para as ações do PETI, então, liberou ainda, ficamos sabendo  
139 extra-oficialmente, porque eles nos informaram que no máximo no finalzinho de fevereiro estariam  
140 publicando uma instrução normativa que trataria sobre isso, mas já apontou de antemão: “Olha, nós  
141 já temos agendado, inclusive, a prestação de contas dos Conselhos”. A gente pode levar essa  
142 informação sem que a instrução normativa seja dita. Então, em fase das necessidades dos  
143 municípios ampliarem os seus atendimentos e qualificar os seus atendimentos em ações  
144 socioeducativas, que é uma condicionalidade do PETI, 20% só, porque o nosso valor excedeu, o que  
145 a gente tem de saldo é muito superior a 20% que a gente recebeu. Então, nós poderíamos  
146 reprogramar 20%, tanto dos recursos das Bolsas PETI quanto do recurso da Jornada Ampliada.

147 Então, diante disso, nós trouxemos uma série de discussões com a Comissão que foi-nos pautando a  
148 construção dessa proposta de reprogramação, que vou apresentar agora, tanto a proposta de  
149 reprogramação tanto uma proposta de superação das dificuldades, que são as dificuldades que  
150 geraram a sobra de recursos, foi tanto do ponto de vista de gestão do recurso quanto o ponto de vista  
151 da própria aplicação do recurso. Então, a gente separou por piso, porque o Ministério assim separa,  
152 não é mais por recurso, ainda que venha por programa eles definem como Piso de Proteção Básico  
153 Variável, fixo e de transição, depois com a proteção social especial também. A gente colocou do  
154 lado os nomes que a gente usava, inclusive, no plano anterior. O plano de 2005, eu não sei se vocês  
155 lembram, foi o primeiro plano feito no SUAS Web, o SUAS Web também tinha uma configuração e  
156 os recursos tinham uma denominação diferente das que estão agora. **Sra. Presidente:** Simone, nós  
157 só estamos com um problema de tempo. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Para ser sucinta? **Sra.**  
158 **Presidente:** É. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** A gente avaliou depois, também, na apresentação  
159 que para nós que discutimos exaustivamente isso, parece que está mais claro, mas para as pessoas  
160 que estão-se deparando com essas informações agora. Então, dentro da Proteção Social Básica, que  
161 é o Piso de Proteção Básico Variável, tem o Agente Jovem, que é o custeio orientador aos  
162 instrutores. Então, ele tem um recurso de sobra disponível de R\$ 12.967,00, que é inferior aos 20%,  
163 a gente pode reprogramar todo. A gente está propondo, então, realizar um encontro municipal de  
164 agentes jovens, ou fazer o custeio de passeios, uma vez que há recurso previsto para isso e existe  
165 demanda dos jovens. As duas demandas que são constituídas pelos jovens a gente vai fazer uma  
166 votação a partir dos grupos, o que eles acham mais interessante, investir um recurso na qualificação  
167 do programa por meio de passeios ou do encontro municipal. Com relação à Bolsa Agente Jovem a  
168 gente ainda está aguardando uma instrução normativa do MDS. A gente acredita que com a Bolsa  
169 Agente Jovem vai ser possível fazer a mesma coisa que com a Bolsa PETI, mas a gente ainda hoje,  
170 antes de sair, olhamos no site para ver se já tinha saído a tal da instrução normativa, que é versar  
171 exclusivamente sobre a reaplicação daquilo que é saldo de bolsa e não tinha vindo. Então, caso haja  
172 disponibilidade de readequar os dois recursos disponíveis a gente sugere realizar as duas atividades,  
173 aí teria dinheiro para fazer tanto o encontro municipal quanto qualificar as atividades como os  
174 passeios. Piso Básico Fixo, que é o PAIF, então, para o PAIF está sendo pensado a capacitação e  
175 geração de renda para as famílias, que é um ponto de estrangulamento que a gente tem visto nos  
176 programas de família. Como o PAIF é um programa complementar aos programas de família já  
177 existentes, foi pensado na capacitação e geração de renda, provavelmente, com incubação, enfim.  
178 Piso Básico de Transição engloba tanto os recursos do idoso, esses são grupos de idosos, quanto das  
179 creches. Aqui foi uma discussão, acho que a gente tem que afinar essa discussão, que é no sentido  
180 da gente poder ter visibilidade a partir de indicadores? Quais são os pontos de estrangulamento  
181 dentro da política de assistência? O que a gente tem mapeado enquanto demanda reprimida e o que  
182 a gente tem como vazio de atendimento? E nós trouxemos esse argumento, e a discussão foi o quê?  
183 As creches que recebem a antiga Ação Continuada, o antigo PAC, que passa a ser agora Piso Básico  
184 de Transição, são em sua maioria as mesmas que tem convênio com a SMED. E no início do ano,  
185 agora, a SMED repassou recursos importantes para a qualificação dos espaços físicos das creches e  
186 compra de material pedagógico. Hoje a gente tem uma lacuna muito grande no que diz respeito ao  
187 atendimento ao idoso no Município, hoje a gente só tem um Centro de Convivência, que não dá  
188 conta nem do percentual da demanda, e temos apenas os grupos de convivência como atendimento  
189 ao idoso. Então, a gente está propondo que seja possível a implantação de um Centro de  
190 Convivência de Idoso, aí fazer mapeamento, quais são os lugares que têm maior demanda  
191 reprimida, um lugar mais central por meio de conveniamento, porque a gente não teria como  
192 implantar, até porque o recurso do Fundo Nacional só é para custeio, não é para bem durável, não é  
193 para material permanente, é só para consumo e custeio. Considerando também que o recurso é  
194 finito, não é um recurso que se tenha sempre. Dentro da Proteção Social Especial, Piso de Transição  
195 de Média Complexidade, que são as Clínicas PCDs, um recurso muito pequeno que, provavelmente,

196 essa sobra é por conta do que a Melissa falou, de problema de prestação de contas, documentação,  
197 enfim, mas é um recurso muito pequeno. A gente propôs, então, fazer o repasse financeiro para as  
198 unidades conveniadas para ser utilizada como material de consumo, aí a gente vai fazer um rateio  
199 entre as Entidades que têm essa modalidade de conveniamento. O PETI, no que diz respeito à bolsa,  
200 já se sabe que só pode ser aplicado em qualificação e implantação de ações socioeducativas. Então,  
201 ele tem um recurso, esse recurso seria os 20%, mas como o recurso é superior que aos 20%  
202 recebidos só pode aplicar 20% do valor recebido, 20% do saldo, que é 20% do valor recebido, que  
203 seria o montante de R\$ 361.248,00. Como também é um recurso finito a gente fez uma proposta de  
204 poder estar rateando entre qualificação de ações de SASE e trabalho educativo na perspectiva de  
205 geração de renda, que é uma demanda bastante grande que a gente tem a muito tempo de que se  
206 precisaria pensar no trabalho educativo não só além da atividade em si, mas de poder estar pensando  
207 nele. Claro, para cada uma dessas propostas, depois, se aprovada, a gente vai fazer todo um projeto,  
208 que vai ser submetido à Comissão de Políticas, enfim, um detalhamento maior do que a gente está  
209 pensando. Jornada Ampliada tem um recurso disponível de R\$ 81.832,00. A gente também vai estar  
210 propondo aquisição de material de consumo e/ou serviço para as unidades próprias e repasse  
211 financeiro para as unidades conveniadas a ser utilizado em material de consumo ao serviço. Então,  
212 quantificar talvez entre as Entidades conveniadas e fazer um repasse desse recurso para qualificar,  
213 porque como ele não é custeio, como é finito não podemos trabalhar na perspectiva de ampliar  
214 convênios, por exemplo, porque ele acaba assim que o dinheiro acabar, não há a possibilidade de  
215 continuidade, tem que ser um repasse único. Piso de Alta Complexidade, que se refere a abrigos de  
216 idosos, PCDs e crianças, também tem um recurso disponível de R\$ 105.529,00, que também a gente  
217 está propondo que seja repasse para as unidades conveniadas e aquisição de material de consumo,  
218 serviços nas unidades próprias desses serviços. Propostas de superação das dificuldades na gestão  
219 dos programas: do Agente Jovem, uma das questões que nós fomos questionados e que a gente vem  
220 apontando, a sobra dos recursos é por conta do não-pagamento de bolsas, só que o Agente Jovem  
221 tem um diferencial, que não porque não é atendido o adolescente, é porque há situações em que ou  
222 ele é suspenso, ou ele evade. Então, o que a gente está propondo? Para poder monitorar a sobra do  
223 recurso e poder estar agilizando o processo de substituição dessas evasões, quando o adolescente de  
224 fato não vai mais querer retornar ao programa, de criar um sistema de avaliação e monitoramento  
225 para acompanhar a execução do programa, bem como, poder estar acompanhando de forma mais  
226 ágil essas metas vagas para estar providenciando a substituição, evitando também as sobras do  
227 recurso, identificando também as causas de evasão, buscando qualificar o programa. Hoje a gente  
228 não tem, e acho que esse é um grande passo que a assistência social em Porto Alegre vai ter que dar,  
229 é poder estar monitorando os seus programas e serviços para a gente poder entender o seu impacto,  
230 a sua efetividade e justificar os recursos que são aplicados. Com relação ao PAIF teve sobras de  
231 recursos, porque dizia respeito à questão da ampliação dos núcleos já existentes. Nós recebemos os  
232 recursos para a ampliação, eles não foram ampliados no ano passado, mas já tem assinada a  
233 superação. Então, a ampliação dos núcleos já teve início com a seleção e capacitação dos  
234 profissionais necessários, bem como, a apresentação dos mesmos aos gerentes da rede básica e as  
235 suas respectivas regiões. A dificuldade na ampliação, porque esse recurso sobranete foi de dois novos  
236 núcleos que a gente recebeu a ampliação, foi do ponto de vista da agilização do processo de  
237 ampliação, porque precisamos aditar um contrato já existente para contratar mais técnicos,  
238 selecionar técnicos. PETI e Bolsas: com relação à superação, então, daquela lacuna das quatro mil  
239 bolsas, o que está sendo feito para suprir isso? Desde o ano passado foi constituído um GT para  
240 estudar a superação dessa lacuna na execução dessas bolsas. É importante a gente deixar claro que  
241 Porto Alegre tem um diferencial, que é a complementação das bolsas. Fatores que geraram essas  
242 sobras foi por quê? Não houve um planejamento sistemático, uma previsão orçamentária para a  
243 complementação e não se podia executar a senha e complementação. Então, desde o ano passado  
244 estamos discutindo isso com o Governo, vai ser feita, a Brizabel mesmo já falou aqui, a

245 suplementação orçamentária para dar conta da complementação. Além disso, o que estamos  
246 fazendo? Está sendo feito um levantamento nas regiões das demandas reprimidas para o ingresso  
247 em PETI, considerando, também, um outro fator que surgiu agora, nesses últimos meses, que é a  
248 ampliação da faixa etária pelo MDS. Então, o PETI era destinado só para 07 a 14, há uns dois meses  
249 o MDS bateu o martelo dizendo que o PETI era de 0 a 16. Então, no primeiro momento está sendo  
250 feito um levantamento das famílias já atendidas quanto às outras crianças poderiam ser absorvidas  
251 pelo PETI daquela mesma família já atendida, que estariam nessa faixa dos 14 aos 16, ou menos  
252 que 07 anos. Aí está sendo feito esse mutirão de levantamentos, que já é uma inclusão de novas  
253 crianças. Em face disso está sendo considerada a alteração da faixa etária, sendo revisados todos os  
254 cadastros das famílias já dentro do PETI. E a partir dessas duas ações, então, será realizada a  
255 adequação dos núcleos que atendiam Família Cidadã para o atendimento de PETI. Então, a partir  
256 desse panorama, do que a gente tem de demanda reprimida na Cidade, do que a gente tem de novos  
257 ingressos, daquelas famílias já atendidas, mas que tinham crianças que não eram contempladas por  
258 conta da faixa etária, vão ser redistribuídas essas quatro mil metas no atendimento da Cidade, em  
259 face também da complementação da bolsa. Jornada Ampliada: a gente apontou também a  
260 necessidade. Por que sobra recurso na Jornada Ampliada? Ainda tem aquela queixa: “Ah, não, as  
261 Entidades atendem, mas não recebem o percentual”. Criar um sistema também de monitoramento  
262 para monitorar as metas de crianças PETI atendidas em SASE, um sistema ágil, um sistema de  
263 informação. Às vezes, as Entidades até informam, mas informam as crianças atendidas no seu todo  
264 e o diferencial da Jornada Ampliada é que tem que ser identificada não só como criança atendida,  
265 mas como criança atendida PETI dentro do SASE, ou dentro do trabalho educativo, enfim, para ter  
266 esse recurso. E o Sentinela, a não-aplicação do recurso, que também veio no final do ano, deu-se em  
267 decorrência do próprio período que o recurso foi repassado. O Governo Federal nos apontou que a  
268 iria receber o Sentinela mais para o final do ano e dependia de uma infra-estrutura, da implantação  
269 de todo um programa sem que a gente enquanto Município tivesse se preparado naquilo que é  
270 contrapartida do Município. Ou seja, se tivesse preparado anteriormente para receber parte do  
271 recurso, porque para implantar o serviço o Município tem que dar a sua contrapartida, nem que seja  
272 com os técnicos, com a capacidade instalada, enfim, não tínhamos isso. Ainda tivemos a dificuldade  
273 da abertura do edital, em um primeiro momento não apareceu Entidade que se habilitou, depois se  
274 abriu edital para conveniamento e isso gerou recurso. Então, nesse sentido as providências estão  
275 sendo encaminhadas para a implantação e implementação do mesmo. Já foi feito o conveniamento,  
276 estão-se apropriando, está sendo instalado todo o espaço. E o próprio Ministério também, agora,  
277 quando estivemos em Brasília, conheceu da dificuldade dos municípios em face disso, de não ter  
278 previsto, além dos recursos do Governo Federal não terem previsto seus recursos de contrapartida.  
279 Então, a gente ainda não tinha essa informação de que o recurso do Sentinela vai poder ser utilizado  
280 na íntegra para a qualificação do serviço, porque o sentinela é um serviço muito especializado, não é  
281 só abrir um espaço de atendimento, tem que ser um espaço de atendimento especializado voltado  
282 para a questão da situação de exploração sexual e de violência sexual. Então, não é qualquer  
283 técnico, tu precisas capacitar, tu precisas implementar o serviço. **Sra. Presidente:** A Iara está  
284 pedindo inscrição. **Sra. Sílvia Tejadas:** Eu não sei como a gente vai fazer, porque a Comissão de  
285 Políticas tem um parecer já sobre essa proposta. Como vai ser feito? Vai ser apresentado aqui? **Sra.**  
286 **Presidente:** Eu acho que pode apresentar agora, antes de se abrir a discussão. **Sra. Iara de Fátima**  
287 **Bueno da Rosa:** Nós também recebemos essa proposta e a Comissão de Políticas também discutiu  
288 a proposta. **Sra. Sílvia Tejadas:** Eu leio, então, para ficar mais claro. A Comissão Políticas, na  
289 reunião do dia 22, onde foi mais uma vez, acho que pela segunda vez na Comissão de Políticas de  
290 discutiu a proposta de reprogramação, construiu um parecer, uma análise para trazer aqui para a  
291 discussão da Plenária a respeito da proposta de reprogramação. Então, sobre o Agente Jovem foi  
292 proposto o uso do recurso de R\$ 2.967,15 em passeios para os jovens ou na realização de um  
293 encontro municipal de agente jovem. Então, qual é o parecer da Comissão sobre isso? “A Comissão

294 considera que se trata de propostas de natureza distinta, a primeira relacionada à diversificação das  
295 atividades de lazer dos jovens e a segunda de cunho reflexivo e/ou organizativo”. Primeiro, os  
296 passeios, a segunda o encontro municipal. “Face à situação do programa na Cidade, cuja avaliação  
297 dos recursos financeiros disponibilizados pelo Governo Federal e seu uso efetivo evidenciou uma  
298 sobra de R\$ 115.404,00 em bolsas, ou seja, aproximadamente, 42% do recurso de bolsas sobrou.  
299 Provavelmente, devido a essa evasão, ou desligamento dos jovens, aponta a necessidade urgente de  
300 uma avaliação profunda do programa e da sua execução. Diante do exposto, a Comissão indica a  
301 utilização do recurso dos 12 mil para a realização de um encontro municipal de agente jovem, cujo  
302 foco do encontro seja a avaliação do programa pelos seus destinatários, pelos próprios jovens.  
303 Incluindo aqueles jovens que evadiram ou foram suspensos, visto que suas contribuições podem ser  
304 valiosas no sentido de redimensionar o programa. Recomenda-se ainda que a proposta contemple  
305 momento específico para a devolução da avaliação dos jovens aos educadores e gestores do  
306 programa, com vista à implementação das readequações necessárias. A avaliação só tem sentido se  
307 provocar mudanças quanto à expansão e a qualificação da proposta”. Então, com relação ao Agente  
308 Jovem se opinou por isso, na proposta do encontro, mas com foco na avaliação com a participação,  
309 inclusive, dos jovens que não estão-se beneficiando do programa, e a discussão com educadores e  
310 gestores para poder alavancar um processo de mudança no programa. Quanto à Bolsa a opinião é de  
311 que tem que se aguardar a instrução normativa do Ministério, só depois disso a gente vai poder-se  
312 manifestar sobre a possibilidade de reprogramação. Quanto ao Piso Básico Fixo, o PAIF, foi  
313 proposta a utilização do recurso sobrando na capacitação e geração de renda das famílias atendidas:  
314 “Trata-se de recurso na ordem de R\$ 89.179,90. A Comissão considera a proposta pertinente,  
315 contudo, aponta as seguintes questões com vista à elaboração de um projeto detalhado. Preocupa a  
316 efetivação de diversos cursos que não encontram ressonância no mercado de trabalho, ou nas  
317 iniciativas da Economia Popular e Solidária. Dessa forma a população cria uma expectativa que  
318 logo vê frustrada. Sabe-se que cursos que prepare para trabalhos domésticos, embelezamento,  
319 manicura e pedicuro, garçom, encontram boa avaliação entre a população destinatária. Em caso de  
320 propostas articuladas à Economia Popular e Solidária, seriam adequados investimentos em áreas  
321 onde já existam trabalhos estruturados nas comunidades, pois a população atendida pelos programas  
322 de família não possui outro capital senão a sua própria força de trabalho”. Então, achou-se adequada  
323 a proposta desde que se observe isso, que tipo de curso, no caso, uma articulação com a Economia  
324 Popular Solidária no sentido de ações que já existem nas comunidades, já que é uma população que  
325 não tem capital para investimento em algum tipo de empreendimento. Piso Básico de Transição  
326 (idosos e creches): foi proposta a utilização dos recursos sobrando, no valor de R\$ 70.078,00 para a  
327 implantação de Centro de Convivência de Idoso, na zona sul. “Observou-se que na planilha  
328 apresentada não houve a separação entre as sobras dos recursos destinados aos idosos e daqueles  
329 voltados para a educação (creches). Questiona-se se o montante da sobra pode ser destinado  
330 somente para programa voltado ao idoso”. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Não pode, porque a  
331 orientação do Ministério é que possa ser usado no Piso, não precisa ser usado naquele recurso  
332 carimbado. O Piso pode ser usado, inclusive, todo o recurso no Piso Básico de Transição. **Sra.**  
333 **Sílvia Tejadas:** Quanto à proposta em si a Comissão entende que o recurso somente poderá ser  
334 destinado ao Centro de Convivência de Idoso, condicionada à continuidade do recurso, sob pena de  
335 iniciar-se uma ação que logo será interrompida, o que seria uma irresponsabilidade. Alerta que há  
336 demanda do Orçamento Participativo, nº. 200.60718, prevendo implantação de Centro de  
337 Convivência do Idoso para o CECOPAN”. Então, essa é uma preocupação de o dia seguinte, para se  
338 fazer isso tem que estar previsto e tem que estar assegurado, senão se torna bastante complicado.  
339 Média Complexidade é a proposta de utilização, são R\$ 1.958,00 em material de consumo, o que a  
340 Comissão concorda, é um recurso muito pequeno em um número grande de Entidades. PETI e  
341 Bolsa: “Foi proposta a utilização de 20%, passíveis de reprogramação, na aquisição de materiais de  
342 consumo, ou serviços para unidades próprias, ou repassas conveniadas para essa finalidade. O

343 recurso total não utilizado, acrescido dos rendimentos do sistema financeiro, é de R\$ 1.131.980,00.  
344 Desses, somente podem ser reprogramados 20% do total, aproximadamente, R\$ 361.248,00. A  
345 Comissão indica que o recurso seja utilizado integralmente na sua finalidade, ou seja, na concessão  
346 das bolsas às famílias. A Cidade de Porto Alegre possui índices de vulnerabilidade social  
347 significativos, precisamente em bolsões empobrecidos, e nesse, inúmeras crianças são submetidas  
348 ao trabalho infantil, por vezes, associadas à situação de rua. Dessa forma, a devolução do recurso  
349 representa um prejuízo inestimável à população, não se justificando no momento de reprogramação  
350 do recurso novamente impedir que chegue diretamente ao destinatário do programa. Sugere-se que  
351 haja levantamento nas famílias já incluídas, a cerca das crianças que não eram beneficiárias, devido  
352 à restrição da faixa etária, havendo sua imediata inclusão, bem como, abertura de mais vagas para os  
353 recursos restantes. **Sr. Ivandro Coimbra da Silva:** Tu disseste que valor mesmo? **Sra. Silva**  
354 **Tejadas:** Do total? **Sr. Ivandro Coimbra da Silva:** São 1.131.000? **Sra. Silva Tejadas:** É. **Sra.**  
355 **Melissa Ohweiler de Oliveira:** São 20% do total repassado anual. **Sr. Ivandro Coimbra da Silva:**  
356 Então, 1.131.980 mais os 293? Eu estou olhando a planilha. **Sra. Melissa Ohweiler de Oliveira:**  
357 Esses 20% não são do saldo de dezembro, são do valor repassado anual. **Sra. Sílvia Tejadas:**  
358 Simone, quando eu vi a apresentação, ali está dizendo que recurso de bolsa só pode ser aplicado em  
359 qualificação e implantação de ação socioeducativa. Isso não foi apresentado na discussão da  
360 Comissão e nem temos documento que diga isso, tanto que estamos pretendendo usar em bolsa.  
361 **Sra. Simone Rocha da Rocha:** A gente está aguardando a instrução normativa, mas isso foi trazido  
362 de Brasília que só pode ser utilizado. **Sra. Sílvia Tejadas:** Nós não tínhamos conhecimento. **Sra.**  
363 **Presidente:** Quando vocês apresentaram, vocês disseram que estavam aguardando. **Sra. Simone**  
364 **Rocha da Rocha:** A instrução normativa, mas que só poderia ser aplicado em qualificação e plano  
365 de ação. **Sra. Presidente:** Nós deixamos em aberto essa questão, isso consta em Ata. **Sra. Simone**  
366 **Rocha da Rocha:** O Município não perde as 04 mil bolsas, por isso que a gente resolveu manter.  
367 Então, a gente não tem como ampliar. É redistribuir esse valor em bolsa porque a gente já tem as 04  
368 mil bolsas garantidas. **Sra. Sílvia Tejadas:** Mas esse valor poderia ser dividido pelos 12 meses do  
369 ano, pelo número possível de famílias a serem atendidas. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** Acho que  
370 pelo Tribunal de Contas não pode, porque a gestão desse recurso para bolsa já acabou, não há como  
371 complementar o recurso. Por que como tu vais repassar para as famílias senão tem o convênio  
372 estabelecido? **Sra. Sílvia Tejadas:** Mas a gente precisaria ver as orientações por escrito. **Sra.**  
373 **Simone Rocha da Rocha:** Tem aguardar a instrução normativa do Governo Federal. Estamos  
374 colocando a partir das informações que a gente trouxe de Brasília. **Sra. Sílvia Tejadas:** A opinião  
375 que a gente formulou é no sentido de que é muito dinheiro que está sendo devolvido, dinheiro que  
376 era para ter sido gasto em bolsa. **Sra. Melissa Ohweiler de Oliveira:** Na verdade, não vai ser  
377 devolvido esse dinheiro. **Sra. Sílvia Tejadas:** Vai, o que excede os 20%. **Sra. Melissa Ohweiler de**  
378 **Oliveira:** Ele não pode ser reprogramado, eu não posso utilizar em qualificação e implantação, vou  
379 ter que utilizar em bolsa. Só que eu não preciso devolver. **Sra. Sílvia Tejadas:** Mas isso é  
380 simbólico, é gente que deixou de ser atendida! Se vai devolver o dinheiro ou não, é outra história.  
381 Então, essa é a opinião da Comissão, no sentido de que esse dinheiro, os 20% devem ser utilizados  
382 em bolsa, a menos que haja um impeditivo que formalmente se estabeleça. O PETI Jornada  
383 Ampliada: “Foi proposta a utilização do recurso em material de consumo ou serviços na rede  
384 própria e conveniada. Nesse caso, os recursos não utilizados somam R\$ 257.385,00, representando  
385 36,97% dos recursos repassados. O percentual passível de reprogramação resultaria em torno de R\$  
386 81.823,00. A Comissão indica a utilização do recurso em capacitação dos recursos humanos  
387 envolvidos em sua operacionalização, tanto no trato com a família quanto na atenção às crianças e  
388 adolescentes. A capacitação justifica-se pelas dificuldades operacionais que o programa apresenta,  
389 evidenciadas na própria prestação de contas, por meio do volume de recursos devolvidos. Em que  
390 pese possa-se tratar de problemas na gestão, sabe-se das dificuldades em termos metodológicos,  
391 bem como dos preconceitos que cercam a questão do trabalho infantil, muitas vezes associado à

392 situação de rua, gerando dificuldades de inclusão das crianças em SASE, ou educação infantil. Para  
393 tanto necessita ser planejada ação de formação que contemple o conjunto de serviços envolvidos,  
394 inclusive, aqueles responsáveis pela abordagem das crianças na rua, visando a qualificação e  
395 utilização plena das metas já disponíveis ao programa na Cidade”. Então, a proposta é ao invés de  
396 material de consumo, é estar investindo na capacitação dos trabalhadores envolvidos com o sistema  
397 de atenção às crianças e adolescentes envolvidos com o trabalho infantil e em situação de rua. E o  
398 Piso de Alta Complexidade foi proposta a utilização do recurso para consumo e serviços para  
399 unidades próprias e conveniadas, com o que a Comissão concorda, o montante de R\$ 105.000,00. É  
400 isso que a gente pontuou. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu quero fazer uma  
401 complementação em cima da fala da Sílvia, na questão seguinte: tem muito mais a ver com o que eu  
402 conversava com o Patrick aqui, que talvez todos estejam surpresos com esses valores. O papel do  
403 Conselho é um papel de controle social. Se nós recebêssemos as informações que temos pedido, a  
404 prestação de contas mensal, o que está sendo repassado o que estava previsto, o que realmente foi  
405 executado, não estaríamos discutindo o montante que tem agora. Então, que sirva para nós que isso  
406 é muito importante, porque daí tu não vais tomar uma medida no final do ano, tu vais tomar uma  
407 medida sem que isso aí fique no bolo. Claro, tem que respeitar as normativas, aquela coisa toda,  
408 mas, realmente, é difícil de aceitar a devolução desse montante de uma Cidade que tem problemas  
409 sociais que Porto Alegre tem. Uma outra coisa que eu gostaria de falar é a respeito do Sentinela, não  
410 concordo com a posição que a Simone deu a respeito do Sentinela. Este Conselho aprovou o  
411 Sentinela em caráter extremamente emergencial, uma reunião em novembro, quando veio a  
412 discussão para cá tinha que ser incrementada até o final do mês senão o recurso voltaria, e a região  
413 apontada era a região leste. A região leste, em princípio, nós conversamos com a Conselheira que  
414 estava na reunião, não tinha idéia de ter uma Entidade que pudesse executar o serviço. Nós fizemos  
415 uma aprovação dentro da própria reunião que se na região não tivesse estaríamos apontando uma  
416 outra, a Maria Mulher, a Entidade da região Cruzeiro, que executa esse tipo de trabalho. Nós  
417 fizemos essa aprovação dentro deste Conselho, em novembro. Tu colocaste ali que houve problema  
418 de entendimento do programa, de adequação, uma série de coisas. Quer dizer, nós sabemos que o  
419 problema foi dentro da FASC, assumido aqui, em uma reunião da própria Comissão de Políticas.  
420 Então, a gente tem que assumir determinadas coisas, não se trata aqui de achar culpados, mas se  
421 trata sim de cada um assumir a sua responsabilidade. Este Conselho assumiu que poderia aceitar  
422 uma outra Entidade que tivesse o perfil para o atendimento a que se destina o programa. O que me  
423 chama a atenção é que há R\$ 19.000,00 de saldo, que nós fizemos também uma combinação que  
424 esses R\$ 19.000,00 sirvam para fazer a qualificação dos profissionais dessa mesma Entidade para a  
425 execução desse programa. Isso é importante, porque o Sentinela vai ter o primeiro núcleo e depois  
426 vai-se espalhar pela Cidade, porque tem problema em todas as regiões. Então, era só isso, não se  
427 trata de contradizer, trata-se de esclarecer. Obrigada! **Sra. Presidente:** Eu acho que nessa linha que  
428 a Iara levanta essas questões, acho que a mesma questão aconteceu com o Programa PAIF. Então, o  
429 que a gente está dizendo? Que nós passamos o ano passado todo brigando aqui neste Conselho,  
430 tanto é que a gente terminou fazendo a modificação, nós temos uma série de questões que nós não  
431 concordávamos. O resultado é esse, a gente vem dizendo isso. O que a gente vem cobrando?  
432 Exatamente que a política fosse implementada e este Conselho tinha um papel fundamental, que era  
433 estar cobrando. Se isso tivesse acontecido, a Iara já falou, uma prestação de contas, uma cobrança  
434 intensiva desde o início do ano, não teríamos chegado a esses valores absurdos que estão sendo  
435 devolvidos, mesmo com a reprogramação, que é inaceitável. Eu fiquei muito mal o dia que a gente  
436 recebeu a primeira planilha, porque os valores eram muito mais altos do que esses, porque a gente  
437 que trabalha na ponta sabe o que são as dificuldades, as necessidades que existem nesta Cidade. Aí  
438 a gente devolve uma montanha de recursos quando a gente sabe que, inclusive, os próprios  
439 equipamentos estão sucateados, não tem infra-estrutura, não tem carro, aí se devolve valores  
440 absurdos de programas porque não se consegue executar. Então, para nós Conselheiros, não

441 podemos aceitar isso pacificamente. Eu acho, e já dissemos isso, que não se trata de achar culpados,  
442 porque não vai resolver. Eu disse isso na reunião, desde que eu assumi aqui, enquanto Conselheira,  
443 tenho questionado isso, questionamos na gestão passada e todos que estavam aqui se lembram que  
444 eram 900 mil que questionamos, não aprovamos, foi a segunda reunião, foi aprovada na terceira  
445 reunião, porque é inaceitável se devolver recurso de programa. O que temos que pensar é  
446 exatamente como vamos equacionar esses problemas, em função disso tem essa proposta, mas o que  
447 a gente está dizendo é o seguinte: que nós nos propusemos a continuar de olho muito vivo, cobrando  
448 e fiscalizando, porque esse é o nosso papel, independente do gestor, independente de partido,  
449 independente de que coisa é o papel do Conselho, o Conselho tem que cumprir o seu papel. Eu acho  
450 que é isso que precisamos buscar cada vez mais. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Eu quero  
451 colocar que para isso a gente conta muito com as CORAS, com as ações, com a identificação das  
452 CORAS, com as articulações, com os funcionamentos reais, para que aconteça, quantifiquem os  
453 problemas. Isso tem que ser base para nós, por isso que eu falo da presença também no momento da  
454 gente fazer tudo isso, o pessoal, inclusive, da FASC está sempre presente. Agora nós conseguimos,  
455 não é, Bia? A presença das CORAS de forma mais efetiva. Eu acho que isso também é muito  
456 importante, Iara, da gente estar lá, as CORAS nos passar. Uma das coisas que a gente tem que se  
457 avaliar e refletir sobre a nossa ação é que muitas vezes deixa a coisa acontecer, não passa e quando  
458 passa é tarde demais. Então, a gente tem que cuidar lá na ponta para que as coisas não cheguem  
459 tarde demais e tenha tempo, porque uma das coisas que a gente conversou naquela reunião,  
460 inclusive, com o Secretário, que lá na CORAS identifiquem o mais rápido possível para passar para  
461 o CMAS, porque a gente está participando da Executiva, tanto o pessoal do Governo quanto o  
462 pessoal da sociedade civil, para a gente ter tempo de articular e buscar soluções juntos. Não adianta  
463 depois que a coisa acumular chegar, porque a Maria está preocupada com 2007, mas nós precisamos  
464 em 2006 refletir, que realmente o pessoal identifique, que o pessoal passe, que a gente articule, que  
465 a gente acione o que for preciso já, não deixar acumular. Muitas vezes o não-atendimento lá é  
466 acumulado, ou porque estou doente, porque não estou fazendo as reuniões, mas nós precisamos que  
467 aquilo aconteça lá e nós somos a consequência, nós precisamos daquele apoio lá, porque se não  
468 tiver não adianta nos reunirmos aqui e dizer não. **Sr. Ivandro Coimbra da Silva:** Esses recursos  
469 públicos federais, inclusive, já estão previstos na peça orçamentária de 2006. Eu sugiro, então, para  
470 que nós possamos fazer esse acompanhamento que a senhora está falando, e os colegas têm  
471 consenso, que nós pudéssemos tomar conhecimento, então, do que já está previsto nesse repasse de  
472 recursos federais para que a gente comece a acompanhar, porque 2006 já está em andamento, já  
473 estamos em março. Eu tenho a impressão que isso seria uma medida interessante, nós tomarmos  
474 conhecimento dos recursos disponíveis na previsão orçamentária do Governo Federal. Acho que  
475 essa é uma questão. A outra questão, eu sei que é difícil, em nível de CORAS também, conforme as  
476 colegas falaram, porque nós ainda estamos envolvidos com a prestação de contas das nossas  
477 Entidades com relação a 2005, tem a 089 na frente, tem uma série de coisas que a gente tem que  
478 definir. De qualquer forma eu acho que a Comissão deve ficar no Conselho, poderia ir-se  
479 preocupando com as previsões orçamentárias de 2006 agora, em março, porque os programas e a  
480 vida das Entidades estão acontecendo, o recurso está aí. Se nós deixarmos para novembro se  
481 preocupar com isso, não adianta mais! Aí eu concordo com a senhora. **Sra. Bia:** Eu também  
482 concordo que se a gente deixar para o final do ano aí já passou o ano todo, a verba não foi gasta,  
483 tem que se devolver. Se a prestação de contas pudesse ser mensal eu acho que da minha parte estaria  
484 bom. Concordo com ela que possa vir mensalmente, se está sobrando, enfim, tem que gastar para o  
485 bolo não ficar crescendo. **Sra. Presidente:** Ivandro, eu acho que é exatamente isso que a gente tem  
486 feito. O que a gente tem falado, principalmente, em Sentinela e no PAIF? Porque são os dois  
487 últimos programas que foram aprovados por último e que era para ter tido início, está iniciando  
488 agora. Então, a gente está trazendo isso para o Conselho, mas nós continuamos conversando  
489 semanalmente com a Brizabel, para que a prestação de contas se efetive, que não aconteça o que

490 aconteceu ano passado, que sequer o plano ter vindo para ser aprovado pelo Conselho. Então, são  
491 essas coisas que a gente vem cobrando. Na quinta-feira passada nós tivemos a reunião com o  
492 Secretário Busatto, onde a gente enfatizou essa questão para que de fato se efetive este ano, quando  
493 chegarmos no final do ano a gente não tenha esse mesmo problema, que é o que a gente levantou no  
494 ano passado, na prestação de contas, quando eram R\$ 900.000,00. Além dos 900 mil, mais todo  
495 esse dinheiro está voltando. Então, o que a gente não quer é que no final do ano a gente esteja da  
496 mesma forma discutindo o recurso que tem sobrado e as ações que não foram efetivadas. **Sra. Iara**  
497 **de Fátima Bueno da Rosa:** Eu queria dizer que acima de qualquer coisa, embora possa parecer que  
498 estejamos extremamente críticos, o resultado da própria discussão da Comissão de Políticas  
499 demonstra que nós queremos ser parceiros para poder achar uma solução. Ninguém está aqui para se  
500 achar melhor ou pior do que o outro, nós queremos exatamente poder contribuir e somos parceiros  
501 para isso, tanto nas discussões, que decisões vamos tomar para a utilização desses recursos  
502 sobrantes, como também a decisão para poder executar as metas, as suas eventualidades. Então, que  
503 fique claro isso, é uma posição. Nós temos discutido muito, a nossa Comissão de Políticas,  
504 começamos com reuniões que eram das 11 às 13 horas, agora temos com às 10 e saindo às 14, às 15  
505 horas. Quer dizer, tem-se procurado sempre aprofundar, ninguém dentro da Comissão faz um  
506 prejulgamento e nem dá negativa a nada. Todo o projeto que veio para cá, para dentro da Comissão  
507 de Políticas, foi primeiro lido pelos membros da Comissão e depois foram chamadas as pessoas  
508 envolvidas para discutir e prestar esclarecimentos. Quer dizer, é um parecer extremamente maduro,  
509 que a gente tem levado em consideração, principalmente, a responsabilidade deste Conselho, o que  
510 é poder participar e melhorar as políticas públicas do Município. Isso eu acho que é importante a  
511 gente dizer para que não haja essa coisa que é “contra tudo”, não, nós não estamos contra tudo,  
512 muito antes pelo contrário, às vezes, a gente acha a solução simplista demais para resolver  
513 determinadas coisas. Então, estamos aí para trocar idéias e realmente somar. **Sra. Presidente:**  
514 Alguém mais quer fazer algum questionamento, alguma pergunta, esclarecimento? **Sra. Iara de**  
515 **Fátima Bueno da Rosa:** Mariazinha, e a entrega das avaliações? **Sra. Maria Valéria Carvalho**  
516 **Simões:** No Sentinela agora é compulsório, tem que colocar todos os hospitais e alguns postos de  
517 saúde quando há suspeita, ou de maus-tratos, ou de abuso, tem que repassarem para notificar para a  
518 vigilância. Eu acho que esse Projeto Sentinela viria de encontro, haveria a possibilidade de ampliar  
519 esse projeto na Cidade? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Na verdade, o Sentinela é mantido por recurso  
520 do Governo Federal, não está no orçamento municipal ainda. Então, a capacidade de instalação está  
521 diretamente vinculada a um valor repassado. O que a gente está conseguindo trabalhar neste ano de  
522 2006, que é a região leste, é a implantação de um serviço piloto, inclusive, na apresentação do  
523 projeto, que vocês já tiveram, fica claro que o atendimento à situação de violência é via CRAE e via  
524 os programas de família. O Sentinela vem a qualificar o atendimento prestado, por meio de  
525 profissionais que vão assessorar o trabalho que já está sendo realizado. Não é uma porta de entrada  
526 para novos casos. **Sra. Presidente:** Já existe alguma demonstração em função de saber se já tem  
527 parecer de se tornar um programa permanente. **Sra. Simone Rocha da Rocha:** É que essa deve ser  
528 a nova modalidade. **Sra. Presidente:** Tinha a ampliação, que a gente estava questionando, mas isso  
529 não tem ainda uma conclusão. Então, é o seguinte: nós não temos *quorum* para aprovar essa  
530 proposta, se a gente concorda ou não. Então, eu acho que fica assim: todos receberam essa cópia,  
531 acho que até a nossa próxima reunião se alguém tiver ainda alguma sugestão que queira apresentar,  
532 acho que pode trazer na próxima reunião em cima esse tema, sugestões para a readequação desse  
533 valor de até 20%. Pode ser assim? Todos concordam? Só acho que o Governo, Sandra, Bia, o  
534 pessoal que está aqui, o Patrick, reiterar o Secretário que o Governo de novo não se fez presente na  
535 sua grande maioria. Acho que aumentou umas duas Secretarias só, mas que continua o mesmo  
536 problema, na outra havia quatro, hoje tem seis Secretarias. **Sra. Maria do Carmo de Souza:**  
537 Mariazinha, eu anotei o nome de todos os Conselheiros que não compareceram e compareceram,  
538 contamos com vocês na próxima reunião. E os que não compareceram eu me comprometi naquele

539 dia de solicitar, porque eu tenho os nomes das pessoas aqui comigo. **Sra. Presidente:** Isso ficou  
540 acordado na reunião, que a gente vai estar informando a cada reunião quem veio e quem não veio.  
541 Foi pedido do Secretário e a Maria do Carmo ficou responsável. **Sra. Silva Tejedas:** Eu sugiro que  
542 esse parecer que foi lido seja encaminhado para todos os Conselheiros, ou por *e-mail*. **Sra.**  
543 **Presidente:** Era para ter sido, até vou ver amanhã com as gurias porque não foi. Para ti está aqui,  
544 que foi mandado dia 02. Então, amanhã tem que verificar, mas para o restante dos Conselheiros  
545 deve ter sido encaminhado, amanhã eu vejo com as gurias para providenciar cópia, porque se não  
546 tivesse sido encaminhado era para estar na pasta, mas a gente providencia. Nós temos duas questões  
547 que precisamos resolver hoje ainda: uma é a questão das entregas das avaliações, que nós  
548 prorrogamos até o dia 31-03. O que eu quero chamar a atenção a todos os Conselheiros,  
549 principalmente os das CORAS, que se as avaliações não vierem das regiões as Entidades terão  
550 problemas, porque não se fazendo a avaliação, não entregando a avaliação para a FASC, as  
551 Entidades não receberão no próximo mês de abril. Então, é para isso que a gente está chamando a  
552 atenção. Quem não fez as plenárias, por favor, faça urgente, chamem a plenária com urgência para  
553 concluir o processo e nos encaminharem no máximo até o dia 20, senão não vai dar tempo da gente  
554 enviar para a FASC e no mês de abril as Entidades não receberão. Que fique bem claro a todos para  
555 depois a gente não ter problemas. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Desculpa, Mariazinha. Na  
556 realidade, tem que trazer a Ata da reunião que coloca as avaliações com o nome de todas as  
557 Entidades. **Sra. Presidente:** E uma outra questão, para os Conselheiros da CORAS, é que a gente  
558 está enviando por AR uma correspondência para aquelas Entidades que estão ainda com o  
559 recadastramento atrasado, está faltando algum documento. Então, já demos prazo, reeditamos prazo,  
560 enfim, já extrapolamos todos os prazos. O que vai acontecer agora? Nós estamos enviando pela  
561 última vez uma correspondência por AR, demos 30 dias a contar do recebimento, a Entidade que  
562 não encaminhar a documentação que está faltando, na correspondência a gente está dizendo o que  
563 está faltando, quem não encaminhar no prazo vai ser cancelada a inscrição. Isso significa que são  
564 Entidades que têm convênios, mas, imediatamente, param de receber convênio. Então, a gente está  
565 reiterando a importância de encaminharem, senão fica cancelado, passa a ser inscrição nova e isso  
566 vai acarretar problemas. E uma última questão é a questão da correspondência do CNAS que diz o  
567 seguinte: “O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – tem o prazer de convidar esse  
568 Conselho para reunião centralizada e ampliada do CNAS nos dias 21 e 22-03, em Belém do Pará.  
569 Esta reunião tratará dos seguintes temas: Balanço da Gestão SUAS/2004 a 2006 e seus Desafios;  
570 Avaliação das Deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social; Ampliação do  
571 Controle Social do SUAS por meio dos usuários e trabalhadores da área; Plano Municipal de  
572 Assistência Social e Norma Operacional de Recursos Humanos”. Por que a gente está lendo isso?  
573 Porque nós discutimos na Executiva e achamos interessante que fossem representantes nossos. As  
574 pessoas indicadas a participarem foram a Melissa e eu. A gente está trazendo, então, para a Plenária  
575 para ver-se vocês concordam. **Sra. Melissa Ohweiler de Oliveira:** Não chegamos a conversar  
576 antes, mas a Presidente Brizabel tem interesse de ir. **Sra. Presidente:** De qualquer forma é um  
577 governamental e um da sociedade civil. Tínhamos indicado a Melissa porque é da Executiva, mas a  
578 FASC se reserva ao direito de indicar. Nós estamos colocando para a apreciação de vocês. Alguém  
579 tem algum questionamento, ou alguém é contra? Todos concordam, ou não concordam? Os que  
580 concordam levantem a mão, por favor. (Aprovado). Nós temos uma série de outras questões, aí eu  
581 consulto, porque são 20h04min, nós sei se a gente encerra aqui. Enceramos? Então, o compromisso  
582 para a próxima reunião é que cada Conselheiro convoque mais um dos seus companheiros  
583 Conselheiros que não está presente. Muito obrigada a todos e um feliz Dia das Mulheres para todas  
584 nós mulheres! (Encerra-se a reunião às 20h05min)

585  
586